



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Gabinete de Segurança Institucional
Subsecretaria Militar

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO PROPÓSITO:

Aquisição de Circuito Fechado de Televisão (Circuito Interno de Videomonitoramento), conforme descrito a seguir, respeitando os termos da Lei 8.666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), e o Decreto Estadual nº 46.642/2019 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro), para o Gabinete de Segurança Institucional, localizado no anexo ao Palácio Guanabara. Neste prédio, encontram-se instalados o Gabinete do Secretário de Estado, o Gabinete do Subsecretário de Avaliação de Cenários e Inteligência Estratégica de Estado, além da Chefia de Gabinete, Superintendências, Coordenações e Divisões, em uma construção que carece de investimento em segurança física e eletrônica.

1.1 – Justificativa da contratação

A estrutura do gabinete de Segurança Institucional criado em 2019, é composta pelo Gabinete do Secretário de Estado do GSI/RJ, pela Subsecretaria de Avaliação de Cenários e Inteligência Estratégica de Estado (SUBIE), pela Diretoria Geral de Operações Aéreas (DGOA), pela Diretoria Geral de Administração e Finanças (DGAF) e pela Subsecretaria Militar (SSM). Com o intuito de preservar os servidores ali lotados e controlar o fluxo de pessoas através do registro de vídeo das áreas internas do GSI, considerando que as instalações carecem de investimento em segurança eletrônica gerando uma fragilidade em sua segurança, possibilitando o monitoramento dos ambientes e espaços físicos, através de geração, seleção, exibição e gravação de imagens, ampliação do atual sistema de segurança orgânica do Palácio Guanabara propiciando maior efetividade na prestação dos serviços aos usuários e maior cobertura das áreas.

Parte desta fragilidade é gerada pela ausência de um sistema de videomonitoramento adequado, o que justifica essa aquisição, sendo medida imprescindível e urgente de segurança.

A solução cabível nesse caso é a aquisição de um kit de equipamentos de CFTV que contenha todos os itens do sistema de segurança necessários para atendimento da demanda. A escolha da solução mostra-se mais vantajosa, pois vai a favor do princípio da economicidade (princípio constitucional, expresso no art. 70 da Constituição Federal de 1988. É a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos), possibilidade de incluir inúmeras câmeras no mesmo pacote, com variadas definições e com a qualidade necessária para proporcionar a devida segurança ao local, já que a contratada pode montar o kit de acordo com a necessidade do contratante, facilidade da aquisição dos itens em conjunto e maior probabilidade de recebimento de todos os itens no mesmo momento, fazendo com que o processo de instalação seja agilizado e permite que os itens sejam de modelos e configurações compatíveis reduzindo a margem de erro ou falha de configuração/compatibilidade.

A presente aquisição visa dotar de recursos de CFTV para o Gabinete de Segurança Institucional, conforme especificações e quantidades estabelecidas no presente documento.

1.2 - Instrumentos de planejamento

A despesa deverá ser incluída no PCA para o exercício financeiro de 2022, elaborado por este Gabinete de Segurança Institucional.

1.3 - Objetivo da contratação

Aquisição de sistema de CFTV, para monitoramento e segurança no âmbito do GSI-RJ.

2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Sistema de CFTV para o GSI RJ.

NVR (Network Video Recorder), Canais: 16 canais IP; Compatibilidade de Câmeras: IP; Saída de vídeo: HDMI e VGA;

2.1 - Definição do Objeto: Informações mínimas em tela: Nome do Canal, Hora, detecção de movimento, gravação; Compressão de vídeo: H.265/H.265+/H.264; Porta Ethernet: 1 portas RJ45, (10/100/1.000 Mbps); Portas PoE: 16 portas PoE 802.3at; Acesso via smartphone: iOS e Android; 02 portas Sata para Discos Rígidos de até 10TB; 02 portas USB; e Alimentação do dispositivo: Fonte interna, 100 - 240 Vac. 50/60 Hz;

Sistema de segurança composto por:

ITEM	TABELA DE ESPECIFICAÇÕES	ID SIGA	COD. DESPESA	UN	QTS
1	NOBREAK 1200Va, Entrada Bivolt, Saída 110V e 06 tomadas padrão BR; SEGURANÇA Armazenamento mínimo de 8 TB;				

2.2 - Informações complementares

8 câmeras IP do tipo DOME, grau de Proteção: IP67, Sensor 1/2.7"; 2MP CMOS; Resolução 1080p Lente 2,8mm; Alcance IR 20m; IR Inteligente; IP; Day & Night/Automático; e Tensão 12 Vdc (PoE 802.3at);

Não há

8 câmeras IP do tipo BULLET, grau de Proteção: IP67, Sensor 1/2.7"; 2MP CMOS; Resolução 1080p Lente 2,8mm; Alcance IR 20m; IR Inteligente; IP; Day & Night/Automático; e Tensão 12 Vdc (PoE 802.3at).

2.3 - Definição da natureza do Bem

Nos termos do art. 1º, parágrafo único, da lei nº 10.520/2002, a natureza dos bens a serem adquiridos é considerada comum. Trata-se de bem comum, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, independentemente de sua complexidade.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 - Forma de seleção

A forma de seleção do fornecedor, devido ao baixo valor esperado para a contratação, poderá ser feita por dispensa de licitação; tendo como critério de seleção o MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3.2 - Forma de execução

3.2.1 - A aquisição pretendida rege-se-á pelas determinações contidas na Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n.º 8.666/1993);

3.2.2 - As especificações mínimas do material a ser contratado estão descritas nos tópicos 2.1, 2.2 e 2.3 deste documento;

3.2.3 - O objeto deverá ser entregue em sua totalidade, junto com o respectivo certificado de garantia, de uma única vez, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos a contar do recebimento da Nota de Empenho, em perfeito estado, sem quaisquer avarias, e em plenas condições de uso e de acordo com as especificações deste Termo de Referência, na Coordenadoria de Material e Patrimônio do Gabinete de Segurança Institucional, no seguinte endereço: Rua Pinheiro Machado, S/N, Palácio Guanabara - Bairro Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-901;

3.2.4 - Na hipótese de constatação de defeitos, avarias ou de objeto com especificação inferior à que prevê este instrumento este será rejeitado, em todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei n. 8.666/93, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem qualquer ônus para a administração pública;

3.2.5 - A entrega do material deverá ser agendada previamente junto à Coordenadoria de Material e Patrimônio do Gabinete de Segurança Institucional, no seguinte endereço, Rua Pinheiro Machado, Palácio Guanabara - Bairro Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-901 pelo telefone: (21) 2334-3378. O agendamento somente poderá recair em dias úteis (de segunda a sexta-feira) e em horário comercial (de 9h00 às 18h00);

3.2.6 - O atraso injustificado na entrega do material sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na forma da lei, sem prejuízo de quaisquer outras que sejam cabíveis.

3.3 - Duração do contrato

O contrato terá duração de 90 dias.

3.4 - Reajuste de preços

Poderá ser reajustado pelo IPCA, a contar da data do orçamento estimado para a futura licitação.

3.5 - Garantia

Não será exigida garantia contratual haja vista a pronta entrega do bem.

3.6 - Critérios e práticas de sustentabilidade

A contratada deverá adotar, sempre que possível, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

a) Utilizar produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental;

b) Acondicionar os materiais em embalagens compostas por materiais recicláveis, que garantam a proteção do invólucro durante o transporte;

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR's publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre gestão de resíduos sólidos.

3.7 - Possibilidade de subcontratação

Por se tratar de aquisição de bem de natureza comum, não será admitida a subcontratação.

3.8 - Possibilidade de participação de Consórcio

Não se observa potencial aumento de competitividade em permitir a participação de consórcio, por não haver complexidade no objeto e pelo valor estimado para a contratação ser baixo; não demandando a contratação, portanto, ampla capacidade técnica ou econômica da empresa a ser contratada. Pelo exposto, não deverá ser autorizada a participação de consórcio.

3.9 - Possibilidade de participação de Cooperativa

Não será admitida a participação de cooperativas, haja vista a incompatibilidade do objeto fornecido com a referida formação e objetivos de associações de tal espécie, as quais se dedicam a prestação de serviços geridos de modo democráticos.

3.10 - Incidência do Programa de Integridade

Não deverá ser exigido das empresas a serem contratadas o Programa de Integridade, conforme estabelecido na Lei Estadual n.º 7.753/17 e valores atualizados pelo Decreto Federal n.º 9.412/2018, pois o valor estimado para a contratação é inferior a R\$ 1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais) e o prazo do contrato é inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

3.11 - Responsabilidades das partes:

3.11.1 - Responsabilidades da contratante

a) Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;

c) Atestar as Faturas /Notas Fiscais;

d) Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;

e) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

g) Informar à CONTRATADA o dia, local e horário da entrega do material, bem como os respectivos quantitativos, em situações excepcionais que demandem ajuste(s) na programação inicial deste Termo de Referência.

3.11.2 - Responsabilidades da contratada

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado do manual do usuário, com versão em português, da relação da rede de assistência técnica autorizada e da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

b) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

c) Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade do objeto fornecido, providenciando a sua imediata correção ou troca sem ônus para o Gabinete de Segurança Institucional do Governo;

d) A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal correspondente ao material fornecido;

e) A CONTRATADA deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Gabinete de Segurança Institucional;

f) A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as obrigações por ela assumidas, incluindo as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista exigidas no processo de contratação, na forma da legislação aplicável;

g) A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens e/ou serviços, objeto da contratação, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou desconformes com as especificações;

h) A CONTRATADA deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Gabinete de Segurança Institucional e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

i) A CONTRATADA deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

j) A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todos os custos que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o objeto fornecido, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Gabinete de Segurança Institucional;

k) A CONTRATADA deverá se sujeitar a todas as disposições contidas na Lei de Licitações e Contratos, que sejam aplicáveis à contratação pretendida neste Termo de Referência;

l) A CONTRATADA comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

- m) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas;
- n) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- o) Deverá fornecer o bem acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- q) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4 – REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO:

4.1 - Qualificação Técnica

Não será necessário exigir-se apresentação de atestados de qualificação técnica uma vez que se trata de pronta entrega cujo pagamento está condicionado à verificação do correto atendimento de todos os requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, os quais são objetivamente aferíveis. Assim, por importar à Administração Pública obter o melhor preço dentro do especificado, opta-se por ampliar a competitividade, ao abrir mão de tal exigência.

4.2 - Amostra

Pela simplicidade do objeto, o qual possui padrões de qualidade e especificações que podem ser facilmente encontradas no mercado, sendo possível sua definição e identificação objetiva no momento do recebimento pelo contratante, não será exigida amostra.

4.3 - Autorizações e Licenças Necessárias para a Execução do Objeto

Caberá à contratada obter e apresentar as autorizações e licenças necessárias à execução do objeto, cabendo às empresas contratadas as renovações, substituições e demais providências relacionadas à sua atuação regular.

5 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 - Agentes que participarão da gestão e fiscalização do contrato

Para compor a equipe de gestão e fiscalização, indicamos os servidores abaixo:

Função	Nome do Integrante	Função	Área / Setor	Matrícula	Telefone	E-mail
Gestor	Jorge Luiz dos Anjos	Gestor	GSI/SSM/DIVMIT	4256300-3	2334-3328	jldosanjos@gmail.com
Fiscal	Sergio Murilo Alves de Mello	Fiscal	GSI/SSM/DIVMIT	2425447-9	2334-3328	mellodetel@gmail.com
Fiscal	Jorge Antonio Rosa Martins	Fiscal	GSI/SSM/DIVMIT	0592666-1	2334-3328	jarm@gmail.com

5.2 - Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

A contratada deverá realizar contato através dos instrumentos:

e-mail: dmit@subsecmilitar.rj.gov.br ;

telefone: 2334-3328

5.3 - Recebimento provisório e definitivo do objeto

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pela COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, através de recibo, no prazo máximo de 72h após sua entrega;

5.3.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com este termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.3.2. Os bens serão recebidos definitivamente pela comissão a que se refere o item "5.3.1", após a análise qualitativa do material e consequente aceitação mediante confecção de parecer circunstanciado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

5.3.2.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.3.2.2. Os bens cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias úteis, para ratificação;

5.3.3. O fornecedor, ao assinar o contrato, declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle previstos no edital e adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;

5.3.4. A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

5.4 - Pagamento

5.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela proponente vencedora até a assinatura do contrato;

5.4.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

6 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:

6.1 - O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato

6.2 - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

6.3 - A sanção administrativa deverá ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

7 – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Antonio Carlos Rabelo Ensá Junior - 1º TEN PM
Divisão de Manutenção de Informática e Telefonia
ID 4326740-8

8 – RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Ratifico.

Aristeu Leonardo Tavares - Cel PM
Subsecretário Militar do GSI
Id. Func. 2227772-2

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Rabelo Ensá Junior, Primeiro Tenente**, em 29/08/2022, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aristeu Leonardo Tavares, Subsecretário**, em 30/08/2022, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **37204347** e o código CRC **D9A3779A**.